



By @kakashi_copiador

Aula 19 - Profº Vinícius de Oliveira

*CNU (Bloco 1 - Infraestrutura, Exatas e
Engenharia) Passo de Conhecimentos
Específicos - Eixo Temático 1 - Gestão
Governamental e Governança Pública -
2024 (Pós-Edital)*

**Tulio Lages, Vinicius Rodrigues de
Oliveira**

23 de Março de 2024

TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY

PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA

Sumário

Introdução	2
Importância do Assunto Transparência e Accountability	3
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	4
Aposta estratégica	8
Questões estratégicas	9
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	21
Perguntas - Transparência e Accountability	21
Perguntas com respostas - Transparência e Accountability	22
Importância do Assunto Processos Participativos de Gestão Pública	29
Roteiro de revisão e pontos do assunto que merecem destaque	30
Aposta estratégica	33
Questões estratégicas	34
Questionário de revisão e aperfeiçoamento	39
Perguntas - Processos Participativos de Gestão Pública	39
Perguntas com respostas - Processos Participativos de Gestão Pública	39
Conclusão	40
Lista de Questões Estratégicas - Transparência e Accountability	41
Lista de Questões Estratégicas - Processos Participativos de Gestão Pública	46
Gabarito - Transparência e Accountability	48
Gabarito - Processos Participativos de Gestão Pública	48



INTRODUÇÃO

Olá, pessoal, tudo bem?

Daremos agora mais um Passo Estratégico rumo à aprovação! Hoje abordaremos os assuntos **Transparência e Accountability** e **Processos Participativos de Gestão Pública**.



IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO TRANSPARÊNCIA E ACCOUNTABILITY

O assunto **Transparência e Accountability** possui um grau de incidência de **1,1%** nas questões analisadas, tendo importância **MÉDIA** no contexto geral da matéria, conforme o seguinte esquema de classificação:

% de Cobrança	Importância
Até 0,9%	Baixa
De 1,0% a 1,9%	Média
De 2,0% a 4,9%	Alta
5,0% ou mais	Muito Alta

É preciso ressaltar que a **Lei de Acesso à Informação** não foi contabilizada em nossa estatística, pois trata-se de um tópico associado também a outras disciplinas, como Direito Administrativo, o que certamente aumentaria desproporcionalmente a sua incidência.

Dito isto, temos que, no assunto **Transparência e Accountability**, os tópicos são assim distribuídos, em ordem decrescente de cobrança:

Tópico	% de cobrança
<i>Accountability</i>	44%
Transparência	31%
Governo Eletrônico	25%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Para revisar e ficar bem preparado no assunto **Transparência e Accountability**, você precisa, basicamente, seguir os passos a seguir:

- Lembre-se que a **transparência** e o **acesso à informação** não são faculdades, mas sim **deveres do Estado**.

Tais medidas são indispensáveis para o **fortalecimento da democracia** e podem ser relacionadas a dois objetivos:

- atacar diretamente o problema da **corrupção**; e
- propiciar o **melhoramento contínuo** das ações do estado.



A **Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF** foi um **marco** no que tange à **transparência** das contas públicas no Brasil. Seu advento exigiu dos governos a elaboração de novos instrumentos de transparência, tais como o **Relatório de Gestão Fiscal** e o **Relatório Resumido de Execução Orçamentária**.



- A **Lei de Acesso à Informação – LAI** é de leitura extremamente recomendada. Isso vale mesmo para editais que não façam referência expressa à Lei, mas tragam em seu conteúdo programático o assunto **“transparência”**.
- Com relação à **LC nº 131, de 2009**, vale lembrar que ela alterou a **LRF** para estabelecer o seguinte:
 - A **transparência** será assegurada também mediante:



- incentivo à **participação popular** e realização de **audiências públicas**, durante os processos de **elaboração e discussão** dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
 - liberação ao **pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade**, em **tempo real**, de **informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira**, em **meios eletrônicos de acesso público**; e
 - adoção de **sistema integrado de administração financeira e controle**.
- Associe a expressão “**governo aberto**” a uma nova visão da Administração Pública, que promove projetos e ações voltados:
- ao **aumento da transparência**;
 - à luta contra a **corrupção**;
 - ao incentivo à **participação social**; e
 - ao desenvolvimento de novas tecnologias que tornem os governos mais **responsáveis por suas ações** e preparados para **atender às necessidades dos cidadãos**.



A **Open Government Partnership (OGP)** é uma iniciativa multilateral internacional que hoje conta com a participação de 70 países e que tem o Brasil como membro fundador, cujo objetivo principal é difundir e incentivar globalmente práticas governamentais relacionadas à transparência dos governos, ao acesso à informação pública e à participação social.

A **OGP** define o conceito de governo aberto por meio de **quatro princípios** estabelecidos, a saber:

- **Transparência**: As informações sobre as atividades de governo são abertas, compreensíveis, tempestivas, livremente acessíveis e atendem ao padrão básico de dados abertos.
- **Prestação de Contas e Responsabilização (Accountability)**: Existem regras e mecanismos que estabelecem como os atores justificam suas ações, atuam sobre críticas e exigências e aceitam as responsabilidades que lhes são incumbidas.
- **Participação Cidadã**: O governo procura mobilizar a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efetivo e responsivo.
- **Tecnologia e Inovação**: O governo reconhece a importância das novas tecnologias no fomento à inovação provendo acesso à tecnologia e ampliando a capacidade da sociedade de utilizá-la.





Accountability se relaciona às ideias de obrigação de prestar contas e de responsabilização por parte dos agentes públicos pelos seus atos e pela gestão dos recursos públicos.

Nos remete, assim, à noção de “**transparência**”, pois tem como premissa o **conhecimento por parte dos cidadãos** do que está sendo feito no âmbito da administração pública, o que, por sua vez, permite a sua **participação no processo de formulação de políticas públicas (controle social)**.

- Saiba diferenciar os 3 tipos de **accountability**, sabendo a quem compete cada uma delas:
- **Accountability Horizontal:** trata-se de controle mútuo entre os Poderes da República ou por meio de órgãos autônomos e pressupõe equilíbrio nos lados.
 - **Accountability Vertical:** exercido pela população sobre os políticos e governos, ou seja, pressupõe uma ação entre desiguais.
 - **Accountability Societal:** é o controle exercido pela sociedade civil.



O processo de fortalecimento do **accountability** no Brasil ainda não se encontra em estágio consolidado.

- Lembre-se que o **Governo Eletrônico** prioriza o uso das **tecnologias da informação e comunicação** para **democratizar o acesso à informação**, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das **políticas públicas**, bem como também aprimorar a **qualidade dos serviços e informações públicas** prestadas.

A política de **Governo Eletrônico** do Estado brasileiro segue um conjunto de **diretrizes** baseado em três ideias fundamentais:

- **participação cidadã;**
- **melhoria do gerenciamento interno do Estado; e**
- **integração com parceiros e fornecedores.**





O **governo eletrônico** está intimamente ligado aos conceitos de **transparência** e **accountability**.

- Saiba que de acordo com a definição da ONU, o **e-gov, ou governo eletrônico**, é a forma pelo qual os governos podem **utilizar a internet e a web para disponibilizar informações e serviços públicos à população**.



O **governo eletrônico** não engloba somente as tecnologias de informação ou a internet, mas também abrange **tecnologias de comunicação**, como o rádio e a televisão, relacionando-se a temas como **accountability, controle social e transparência**.

- Saiba que o conceito de **e-governance** é mais amplo quando comparado ao conceito de **governo eletrônico (e-gov)**
 - A **e-governança** pode ser entendida como a **atuação da governança por meio eletrônico** de modo a facilitar um processo de disseminação das informações ao público e outros órgãos de maneira eficiente, rápida e transparente, além de desenvolver as atividades administrativas do governo.

Engloba a administração eletrônica (e-administration), serviços eletrônicos à população (e-services) e democracia eletrônica (e-democracy).



APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais¹.

Dentro do assunto **Transparência e Accountability**, os pontos mais cobrados exploram o **conceito** e os **tipos de Accountability**.



Accountability inclui a obrigação de **prestar contas**, a utilização de **boas práticas de gestão** e a **responsabilização** pelos atos e resultados decorrentes da utilização dos recursos públicos.

➤ Conheça em detalhes os 3 tipos de **accountability**:

- **Accountability Horizontal:**

É aquele que pressupõe um equilíbrio nos lados, exercida por meio do controle mútuo ("check and balances") entre os Poderes da República (que são "iguais", em status constitucional) ou por meio de órgãos autônomos, tais como as controladorias e os tribunais de contas.

- **Accountability Vertical:**

É o controle exercido pela população sobre os políticos e governos, ou seja, pressupõe uma ação entre desiguais. Seus principais mecanismos são o voto e a ação popular, de modo que também é conhecido como accountability democrático ou eleitoral.

- **Accountability Societal:**

É o controle exercido pela sociedade civil, sendo representada por ONGs, sindicatos, associações. Estas instituições buscam, por meio de pressões e denúncias, impulsionar os órgãos de controle a fim de que sejam apuradas possíveis irregularidades detectadas

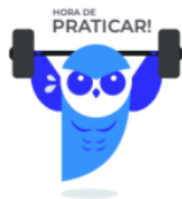
¹ Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



Para o assunto **Transparência e Accountability**, apresentamos as seguintes questões:

Accountability

1. (CESPE / TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

Na administração pública, o termo **accountability** inclui a obrigação de os agentes públicos prestarem contas, a utilização de boas práticas de gestão e a responsabilização pelos atos e resultados decorrentes da utilização de recursos públicos.

2. (CESPE / TCU – Auditor Federal de Controle Externo - 2015)

Accountability consiste no dever do cidadão de realizar o controle social da administração pública.

Comentários

Accountability é a obrigação de prestar contas e a consequente responsabilização pela utilização dos recursos públicos. Portanto, consiste no compromisso do Estado com a transparência, o que possibilita ao cidadão realizar o controle social da Adm. Pública.

Gabarito: 1) certa; 2) errada.

3. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Acerca do conceito de **accountability** aplicado à administração pública, julgue o item.

Trata-se de um mecanismo institucional por meio do qual os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões à sociedade.

Comentários



A assertiva traz a definição de Fernando Luiz Abrucio e Maria Rita Loureiro, segundo os quais a *accountability* democrática é "a construção de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados."

Gabarito: certa.

4. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Em um estado de direito, a *accountability* vertical ou democrática, entendida como a que ocorre entre os diversos níveis de poder e sujeita à possibilidade de controle mútuo, é profícua no fortalecimento de ações contra a corrupção.

Comentários

A *accountability* que pressupõe um equilíbrio entre os Poderes ou por meio de órgãos autônomos, tais como as controladorias e os tribunais de contas, é a horizontal!

Gabarito: errada.

5. (FCC / Copergás-PE – Engenheiro Civil - 2016)

O conceito de *Accountability* pode ser entendido como a obrigação de responder por uma responsabilidade outorgada e, em termos políticos, aumentar a responsabilização dos governantes, que devem prestar contas pelo exercício do poder e pelo manejo dos recursos públicos. Uma das classificações correntes, apresenta a *Accountability* como

I. vertical, consistente no sistema de freios e contrapesos estabelecido na Constituição.

II. horizontal, correspondente ao controle por meio do voto, plebiscito e referendo.

III. social, ligado a diversas entidades como ONGs, associações e mídia, que denunciam desvios e cobram responsabilização

Está correto o que se afirma APENAS em

a) III.

b) I e II.

c) II e III.

d) I e III.

e) I.

Comentários

***Accountability* Horizontal**



É aquele que pressupõe um equilíbrio nos lados, exercida por meio do controle mútuo (“check and balances”) entre os Poderes da República (que são “iguais”, em status constitucional) ou por meio de órgãos autônomos, tais como as controladorias e os tribunais de contas.

Accountability Vertical

É o controle exercido pela população sobre os políticos e governos, ou seja, pressupõe uma ação entre desiguais. Seus principais mecanismos são o voto e a ação popular, de modo que também é conhecido como *Accountability* democrático ou eleitoral.

Accountability Societal

É o controle exercido pela sociedade civil, sendo representada por ONGs, sindicatos, associações. Estas instituições buscam, por meio de pressões e denúncias, impulsionar os órgãos de controle a fim de que sejam apuradas possíveis irregularidades detectadas.

Apenas a assertiva III está correta. Portanto, gabarito A.

Gabarito: A

Transparência

6. (CESPE / TCE-PE – Auditor de Controle Externo - 2017)

Entre os dados de despesas efetuadas por órgãos e entidades da administração pública federal disponibilizados no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal não se incluem aqueles relativos aos repasses de recursos federais para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

Comentários

As informações existentes no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal referem-se ao Poder Executivo e à esfera federal. No entanto, os valores transferidos pela União para estados, municípios, organizações sem fins lucrativos e outros constam do Portal.

Gabarito: errada.

7. (FCC / SEAD-PI – Gestor Público - 2013)

Dentre os chamados novos modelos de gestão da administração pública, ganha destaque o conceito de “transparência”, que é

a) a metodologia de administração que consiste, basicamente, em determinar os objetivos a alcançar, as ações a serem realizadas, compartilhando-as com os meios disponíveis para a sua execução.

b) o demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesas, os quais, se aprovados, integrarão sua tomada de contas.



c) a qualidade do agir administrativo público, que contando com a contribuição que a participação social e o controle podem oferecer ao aprimoramento da atividade administrativa, fundamenta-se na ampla divulgação de informações inteligíveis e úteis à população.

d) a lei que define as responsabilidades e deveres do administrador público em relação aos orçamentos da União, estados e municípios, bem como aos limites de gasto com pessoal, proibindo a criação de despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas.

e) o ato de gerenciar a parcela do patrimônio público, sob a responsabilidade de uma dada unidade. Aplica-se o conceito a fundos, entidades supervisionadas e a outras situações correlatas.

Comentários

Questão bem fácil. A transparência é um dos principais instrumentos que dá efetividade à *Accountability*, pois viabiliza a participação e o controle sociais da atuação administrativa.

Gabarito: C

Governo Eletrônico

8. (CESPE / TCU – Auditor Federal de Controle Externo - 2013)

O governo eletrônico associa-se ao conceito de *accountability*, por proporcionar transparência aos atos do governo e publicidade às informações governamentais.

Comentários

O **Governo Eletrônico** prioriza o uso das tecnologias da informação e comunicação para democratizar o acesso à informação, visando ampliar o debate e a participação popular na construção das políticas públicas, bem como também aprimorar a qualidade dos serviços e informações públicas prestadas.

A política de Governo Eletrônico do Estado brasileiro segue um conjunto de diretrizes baseado em três ideias fundamentais: participação cidadã; melhoria do gerenciamento interno do Estado; e integração com parceiros e fornecedores.

O Governo Eletrônico, portanto, está intimamente ligado aos conceitos de transparência e *accountability*.

Gabarito: certa.

9. (FCC / TCE-PI – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2014)

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece, em seu artigo 48, que os meios eletrônicos são, dentre outros, instrumentos da transparência na gestão fiscal. Nesse sentido, é correto afirmar:

a) O Governo Eletrônico, por meio dos serviços e informações prestados via internet, bem como outros meios de comunicação, estão voltados ao particular, à eficiência interna, à cooperação e à gestão burocrática.



b) A exclusão digital é um fenômeno que, quando estudado, mostra o quadro geral do acesso das pessoas aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, evidenciando a quantidade de horas que elas deixam de passar em frente ao computador, quando se encontram em outras atividades diárias.

c) A Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, estabelece diretrizes relacionadas à publicação, por parte das entidades privadas, dos recursos recebidos decorrentes de suas atividades, ao sigilo como regra, à divulgação de informações públicas, quando solicitado, e ao desenvolvimento do controle particular da Administração pública.

d) O Governo Eletrônico pode ser definido como o programa governamental direcionado à disponibilização de informações e serviços à sociedade através de novos canais de relacionamento entre governo e cidadãos, utilizando-se, para isto, de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

e) A transparência é inerente ao Estado Burocrático. Insere-se na democracia, permitindo o amplo acesso às comprovações de transferências documentais entre os departamentos, fomentando o interesse pelo controle formal exercido sobre as entidades públicas por meio do Tribunal de Contas e aplicando-se exclusivamente ao Poder Executivo.

Comentários

As assertivas A e E estão erradas por associarem o instituto da transparência ao modelo burocrático de administração.

Em relação à assertiva C, a Lei de Acesso à Informação, a princípio, destina-se à Administração Pública de todos os entes da República, conforme determina o art. 1º da aludida norma. No entanto, estabelece o art. 2º que se aplicam *as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres*. Portanto a assertiva está errada ao direcionar as disposições da lei de forma indiscriminada para entidades privadas.

A assertiva B faz uma confusão e relaciona exclusão digital com o tempo que as pessoas se afastam de recursos de tecnologia da informação.

Por fim, de acordo com a definição da ONU, o e-gov, ou governo eletrônico, é a forma pelo qual os governos podem utilizar a internet e a web para disponibilizar informações e serviços públicos à população. As duas principais dimensões ligadas à implementação do governo eletrônico são: (1) a modernização da administração pública por meio da utilização dessas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), com a melhoria dos processos administrativos; e (2) a prestação de serviços públicos eletrônicos de forma eficiente e eficaz.

Gabarito: D

10. (FCC / DPE-RR – Administrador - 2015)

Há três tipos de transações no governo eletrônico. É um exemplo de *government to government*:

a) Sistema de Convênios – SICONV.



- b) Matrícula escolar informatizada.
- c) Sistema de registro de Boletins de Ocorrência.
- d) Divulgação de editais de compras públicas.
- e) Receitanet.

Comentários

Os tipos de transações no governo eletrônico são:

- G2G (“Government to Government”) trata-se de uma relação intra ou inter governos.
- G2B (“Government to Business”) caracteriza-se por transações entre governos e fornecedores.
- G2C (“Government to Citizen”) envolvendo relações entre governos e cidadãos.

A única alternativa que traz um sistema utilizado para transações em que as **duas partes são governos** é o Sistema de Convênios – SICONV.

A matrícula escolar informatizada, o Sistema de Registro de Boletins de Ocorrência e o Receitanet servem a relações entre **governos e cidadãos**.

Enquanto a divulgação de editais de compras públicas traduz transações entre **governos e fornecedores**.

Gabarito: A

Lei de Acesso à Informação

11. (CESPE / TCE-PE – Auditor de Controle Externo - 2017)

É prerrogativa do agente público a recusa em fornecer informação regularmente requerida nos termos da referida lei, desde que esteja autorizado pela chefia imediata.

Comentários

Segundo o art. 32, I, da Lei nº 12.527/11 – Lei de Acesso à Informação, constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade do agente público recusar-se a fornecer informação requerida nos termos da Lei, retardar deliberadamente o seu fornecimento ou fornecê-la intencionalmente de forma incorreta, incompleta ou imprecisa.

Gabarito: errada.

12. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Situação hipotética: Cidadão estrangeiro apresentou em órgão público federal solicitação, dentro dos padrões estabelecidos, para ter acesso a determinada informação, porém o servidor que o atendeu negou-lhe o andamento do processo, sob a alegação de que apenas brasileiros natos ou naturalizados podem solicitar informações.



Assertiva: Nessa situação, o servidor agiu em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

Comentários

O art. 10 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI) não faz qualquer distinção quanto à naturalidade do requerente. Pelo contrário, a Lei é clara ao franquear o acesso à informação a qualquer interessado, sendo vedado aos órgãos públicos impor exigências que inviabilizem a solicitação:

*Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por **qualquer meio legítimo**, devendo o pedido conter a **identificação do requerente** e a **especificação da informação** requerida.*

*§ 1º Para o acesso a informações de interesse público, a identificação do requerente **não pode conter exigências que inviabilizem a solicitação**.*

*§ 2º Os órgãos e entidades do poder público **devem viabilizar** alternativa de encaminhamento de pedidos de acesso por meio de seus sítios oficiais na **internet**.*

*§ 3º São **vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos** determinantes da solicitação de informações de interesse público.*

Gabarito: errada.

13. (CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão Pública - 2017)

Entre as diretrizes da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação — inclui-se a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

Comentários

Essa é uma das diretrizes constantes do art. 3º da LAI. Vamos aproveitar para relembrar as demais:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

*I - observância da publicidade como preceito geral e do **sigilo como exceção**;*

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

*IV - fomento ao desenvolvimento da **cultura de transparência** na administração pública;*

*V - desenvolvimento do **controle social** da administração pública.*

Gabarito: certa.

14. (CESPE / ANVISA – Técnico - 2015)



De acordo com a Lei de Acesso à Informação, o acesso a dados contidos em documento classificado como reservado poderá ser restringido por até cinco anos.

Comentários

Esses prazos devem ser memorizados! O grau de sigilo deve ser determinado em razão da **imprescindibilidade da informação à segurança da sociedade ou do Estado**. Os **prazos máximos** de restrição de acesso à informação, que vigoram a partir da **data de sua produção**, são:

- **Ultrassecreta: 25 anos**
- **Secreta: 15 anos**
- **Reservada: 5 anos**

Gabarito: certa.

15. (CESPE / TRE-RS – AJAA - 2015)

Assinale a opção correta de acordo com a Lei de Acesso à Informação — Lei n.º 12.527/2011.

a) O requerimento de informação de interesse público deve ser acompanhado de exposição simples dos motivos da solicitação.

b) Às informações pessoais relativas à intimidade de indivíduos é garantido sigilo perpétuo, que somente pode ceder por decisão judicial transitada em julgado.

c) Os documentos classificados como ultrassecretos devem constar de rol público com identificação para referência futura.

d) As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às empresas públicas.

e) Findo o prazo de classificação de informações restritas, a sua publicidade dependerá de requerimento do interessado.

Comentários

a) **Errada.** Conforme vimos anteriormente, são **vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes** da solicitação de informações de interesse público.

b) **Errada.** Às informações pessoais relativas à intimidade de indivíduos é assegurada a restrição de acesso pelo prazo máximo de **100 anos**.

Esse sigilo pode ser excetuado não só por **decisão judicial** (não necessariamente transitada em julgado), mas também em diversas hipóteses previstas no art. 31 da LAI:

Art. 31. O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

§ 1º As informações pessoais, a que se refere este artigo, relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem:



*I - terão seu **acesso restrito**, independentemente de classificação de sigilo e pelo **prazo máximo de 100 (cem) anos** a contar da sua data de produção, **a agentes públicos legalmente autorizados** e à pessoa a que elas se referirem; e*

*II - poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de **previsão legal** ou **consentimento expresso da pessoa** a que elas se referirem.*

§ 2º Aquele que obtiver acesso às informações de que trata este artigo será responsabilizado por seu uso indevido.

§ 3º O consentimento referido no inciso II do § 1º não será exigido quando as informações forem necessárias:

*I - à **prevenção e diagnóstico médico**, quando **a pessoa estiver física ou legalmente incapaz**, e para utilização única e exclusivamente para o tratamento médico;*

*II - à realização de **estatísticas e pesquisas científicas de evidente interesse público** ou geral, previstos em lei, sendo vedada a identificação da pessoa a que as informações se referirem;*

III - ao cumprimento de ordem judicial;

IV - à defesa de direitos humanos; ou

V - à proteção do interesse público e geral preponderante.

(...)

c) Correta. Cada órgão deverá publicar, anualmente, na internet, rol de documentos classificados **em cada grau de sigilo**, com identificação para referência futura, nos termos do art. 30, II, da LAI:

*Art. 30. A autoridade máxima de cada órgão ou entidade **publicará, anualmente**, em sítio à disposição na **internet** e destinado à veiculação de dados e informações administrativas, nos termos de regulamento:*

I - rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses;

II - rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura;

III - relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes.

d) Errada. As disposições da LAI se aplicam sim às empresas públicas. Vejamos como é amplo o alcance da Lei:



Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei:

I - os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público;

II - as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Parágrafo único. A publicidade a que estão submetidas as entidades citadas no caput refere-se à parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

e) Errada. Findo o prazo de classificação, a informação tornar-se-á, **automaticamente, de acesso público**, nos termos do art. 24, § 4º, da LAI.

Gabarito: C

16. (CESPE / TRE-RS – TJAA - 2015)

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei nº 12.527/2011.

a) Documento é a retratação de fato realizada necessariamente por escrito.

b) Resultados de auditorias não se incluem entre as informações franqueadas à coletividade em geral, por subsidiarem investigações em curso.

c) A administração dispõe, em regra, de prazo mínimo e considerável para garantir o acesso à informação pública disponível em órgão da administração federal.

d) Autêntico é o documento sobre cuja autoria não há dúvidas.

e) Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos para a realização de ações de interesse público somente estão submetidas à publicidade na parcela relativa aos recursos públicos recebidos e à sua destinação.

Comentários

a) Errada. Segundo a LAI, documento é uma unidade de **registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato**. Vamos aproveitar para repassar mais algumas definições trazidas pela Lei:



Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - informação: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

II - documento: unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato;

III - informação sigilosa: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

IV - informação pessoal: aquela relacionada à pessoa natural identificada ou identificável;

V - tratamento da informação: conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação;

VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;

VII - autenticidade: qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema;

VIII - integridade: qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;

IX - primariedade: qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

b) Errada. O direito ao acesso aos resultados de auditorias é expressamente previsto no art. 7º, VII, b, da LAI

c) Errada. Em regra, a Administração deverá autorizar ou conceder **o acesso imediato** à informação disponível.

d) Errada. Como vimos acima, a **autenticidade** é a qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema. Percebam que essa definição vai além do significado do termo autêntico, que se refere a algo cuja autoria é atestada.

e) Correta. É o que determina o parágrafo único do art. 2º da LAI.

Gabarito: E

17. (FCC / SEAD-PI – Gestor Público - 2013)

O acesso a informações junto a órgãos e entidades do poder público, na forma disciplinada pela Lei de Acesso à Informação, NÃO engloba

a) auditorias ou tomadas de contas em curso no âmbito de órgãos de controle interno.

b) programas ou projetos precedentes a contratos administrativos ou procedimentos licitatórios.



c) estudos ou pareceres produzidos por entidade privada cujo vínculo com a Administração já tenha cessado.

d) projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

e) documentos históricos não custodiados em arquivos públicos.

Comentários

De acordo com art. 7º, § 1º, da Lei nº 12.527/2011, o acesso à informação **não compreende** as informações referentes a **projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos** cujo sigilo seja **imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**.

Gabarito: D



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.

São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.

O objetivo é que você realize uma autoexplicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)

Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.

Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.

É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?

Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!

Vamos ao nosso questionário:

Perguntas - Transparência e Accountability

1. Qual a importância da transparência na Administração Pública?
2. Quais são os principais objetivos da implementação de medidas que aumentem a transparência de um governo?
3. Cite os tipos de *accountability* e os diferencie.
4. É correto dizer que o processo de fortalecimento do *accountability* no Brasil já se encontra em estágio consolidado?
5. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) está relacionada com a transparência governamental no Brasil?
6. O que significa a expressão Governo Aberto?
7. Segundo a OGP, qual a definição de governo aberto?
8. O que significa o termo governo eletrônico?
9. Quais seriam as duas principais dimensões ligadas à implementação do Governo Eletrônico?
10. Qual o significado das siglas G2C, G2B e G2G dentro do contexto do Governo Eletrônico?



11. Quais seriam as finalidades das ações relacionadas ao e-gov?
12. O que significa e-governance?
13. Quais são as diretrizes do governo eletrônico?
14. Quais são as características esperadas das informações a serem disponibilizadas à população?

Sobre Transparência e Acesso à Informação, julgue cada uma das alternativas a seguir como certa ou errada.

15. A Lei de Acesso à Informação aplica-se aos órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo, ao Ministério Público e aos Poderes Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário, bem como, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.
16. Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes de observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção e de divulgação de informações de interesse público, quando solicitadas.
17. O acesso à informação de que trata a LAI compreende, entre outros, os direitos de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, quando recolhidos ou não a arquivos públicos, e informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços, porém não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
18. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por meio a ser definido pelo respectivo órgão ou entidade pública, devendo o pedido conter a especificação da informação requerida, bem como seus motivos determinantes, sendo facultado ao requerente o anonimato.
19. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. Portanto, o acesso à informação classificada como sigilosa não cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.
20. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei de Acesso à Informação.

Perguntas com respostas - Transparência e Accountability

1. Qual a importância da transparência na Administração Pública?



Segundo Vieira, a promoção da transparência e do acesso à informação é considerada medida indispensável para o fortalecimento da democracia, uma vez que possibilita que o poder público seja exercido de forma aberta e às vistas dos cidadãos, os quais podem, então, acompanhar, avaliar e controlar a gestão do interesse público. É, portanto, um atributo da gestão pública associado ao conceito de accountability.

2. Quais são os principais objetivos da implementação de medidas que aumentem a transparência de um governo?

A implementação de medidas que aumentem a transparência tem dois importantes objetivos: **atacar diretamente o problema da corrupção** e propiciar **o melhoramento contínuo das ações do estado**.

3. Cite os tipos de *accountability* e os diferencie.

- **Accountability Horizontal**

É aquele que pressupõe um **equilíbrio nos lados**, exercida por meio do controle mútuo (“*check and balances*”) entre os **Poderes da República** (que são “iguais”, em *status* constitucional) ou por meio de órgãos **autônomos**, tais como as **controladorias e os tribunais de contas**.

- **Accountability Vertical**

É o controle exercido **pela população sobre os políticos e governos**, ou seja, pressupõe uma **ação entre desiguais**. Seus **principais mecanismos são o voto e a ação popular**, de modo que também é conhecido como **accountability democrático ou eleitoral**.

- **Accountability Societal**

É o **controle exercido pela sociedade civil**, sendo representada por **ONGs, sindicatos, associações**. Estas instituições buscam, por meio de pressões e denúncias, impulsionar os órgãos de controle a fim de que sejam apuradas possíveis irregularidades detectadas.

4. É correto dizer que o processo de fortalecimento do accountability no Brasil já se encontra em estágio consolidado?

Não. Há certo consenso de que **o accountability no Brasil ainda é fraco**. Isso porque há **carência de consciência e organização por parte da sociedade civil**, bem como **pouca pressão por transparência e prestação de contas**.

5. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) está relacionada com a transparência governamental no Brasil?

A LRF foi **um marco no que tange à transparência** das contas públicas no Brasil. Seu advento exigiu dos governos a elaboração de novos instrumentos de transparência, tais como o **Relatório de Gestão Fiscal** e o **Relatório Resumido de Execução Orçamentária**.

Vale dizer que as iniciativas de transparência da gestão fiscal **não se limitam aos instrumentos acima** e estão elencadas nos **art. 48 a 49 da LRF**.

6. O que significa a expressão Governo Aberto?

Governo aberto refere-se a uma nova visão da Administração Pública, que promove projetos e ações voltados ao aumento da transparência, à luta contra a corrupção, ao incentivo à participação social e ao



desenvolvimento de novas tecnologias que tornem os governos mais responsáveis por suas ações e preparados para atender às necessidades dos cidadãos.

7. Segundo a OGP, qual a definição de governo aberto?

A OGP define o conceito de governo aberto por meio de quatro **princípios** estabelecidos, a saber:

Transparência: As informações sobre as atividades de governo são abertas, compreensíveis, tempestivas, livremente acessíveis e atendem ao padrão básico de dados abertos.

Prestação de Contas e Responsabilização (Accountability): Existem regras e mecanismos que estabelecem como os atores justificam suas ações, atuam sobre críticas e exigências e aceitam as responsabilidades que lhes são incumbidas.

Participação Cidadã: O governo procura mobilizar a sociedade para debater, colaborar e propor contribuições que levam a um governo mais efetivo e responsivo.

Tecnologia e Inovação: O governo reconhece a importância das novas tecnologias no fomento à inovação provendo acesso à tecnologia e ampliando a capacidade da sociedade de utilizá-la.

8. O que significa o termo governo eletrônico?

De acordo com a definição da ONU, o e-gov, ou governo eletrônico, é a forma pelo qual os governos podem utilizar a internet e a web para disponibilizar informações e serviços públicos à população.

9. Quais seriam as duas principais dimensões ligadas à implementação do Governo Eletrônico?

As duas principais dimensões ligadas à implementação do governo eletrônico são:

- a modernização da administração pública por meio da utilização dessas novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), com a melhoria dos processos administrativos;
- a prestação de serviços públicos eletrônicos de forma eficiente e eficaz.

10. Qual o significado das siglas G2C, G2B e G2G dentro do contexto do Governo Eletrônico?

As siglas G2C, G2B e G2G são tipos de relacionamentos existentes dentro do uso das TIC. Cada sigla significa a interação de dois grupos diferentes:

- **G2C: Government to Citizen** – Na tradução, “Do Governo para Cidadãos”; são as relações por meio das TIC em que o **GOVERNO** interage diretamente com os **CIDADÃOS**. Alguns exemplos: pedido de declarações online; declaração do imposto de renda por meio de aplicativo exclusivo utilizando a internet.

- **G2B: Government to Business** – Na tradução, “Do Governo para Empresas”; são as relações por meio das TIC em que o **GOVERNO** interage com as **EMPRESAS**. Tem como exemplo o portal de cadastro de fornecedores (produtos ou serviços) para a participação do pregão eletrônico.

- **G2G: Government to Government** – Na tradução, “Do Governo para o Governo”; são as relações por meio das TIC em que um setor/ente do **GOVERNO** interage com outro setor/ente do **GOVERNO**. Um exemplo de relacionamento G2G é o portal de convênios do governo federal, que tem como principais usuários os demais entes da federação.

11. Quais seriam as finalidades das ações relacionadas ao e-gov?



As ações do e-gov têm como objetivo:

- O fortalecimento da cidadania por meio de uma maior participação do cidadão;
- Oferecer serviços de forma direta, por meio da internet;
- Prover uma quantidade ampla e variada de informações públicas que são de interesse da população;
- Desburocratizar ainda mais os serviços públicos, com finalidade de melhorar a governança;
- Redução de custos administrativos a partir do aumento da eficiência administrativa;
- Melhoria da eficácia da gestão pública;
- Promoção do accountability governamental por meio do aumento da transparência das ações do governo.

12. O que significa e-governance?

O e-governance é um conceito mais amplo quando comparado ao conceito de governo eletrônico (e-gov). A e-governança pode ser entendida como a **atuação da governança por meio eletrônico** de modo a facilitar um processo de disseminação das informações ao público e outros órgãos de maneira eficiente, rápida e transparente, além de desenvolver as atividades administrativas do governo.

Engloba a administração eletrônica (e-administration), serviços eletrônicos à população (e-services) e democracia eletrônica (e-democracy).

13. Quais são as diretrizes do governo eletrônico?

As diretrizes são:

- A prioridade do governo eletrônico é a promoção da cidadania
- A inclusão digital é indissociável do governo eletrônico
- O software livre é um recurso estratégico para a implementação do governo eletrônico
- A gestão do conhecimento é um instrumento estratégico de articulação e gestão das políticas públicas do governo eletrônico
- O governo eletrônico deve racionalizar o uso de recursos
- O governo eletrônico deve contar com um arcabouço integrado de políticas, sistemas, padrões e normas
- Integração das ações de governo eletrônico com outros níveis de governo e outros poderes

14. Quais são as características esperadas das informações a serem disponibilizadas à população?

Conforme o inciso IV do art.7º da Lei de Acesso à Informação, “o acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: IV - **informação primária, íntegra, autêntica e atualizada**;”. Portanto a informação precisa ser **primária**, ou seja, a mais “crua” possível, a fim de evitar análises e plotagens prévias que pudessem mostrar ou suprimir informações. As informações devem ser sempre **íntegras**, sem a omissão de nenhuma parte que possa ser importante ou questionável. A informação deve ser **autêntica** e devidamente **atualizada**, para permitir uma avaliação verdadeira e tempestiva ao cidadão.



Sobre Transparência e Acesso à Informação, julgue cada uma das alternativas a seguir como certa ou errada.

15. A Lei de Acesso à Informação aplica-se aos órgãos públicos integrantes da administração direta e indireta do Poder Executivo, ao Ministério Público e aos Poderes Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário, bem como, no que couber, às entidades privadas sem fins lucrativos que recebam, para realização de ações de interesse público, recursos públicos diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Correto. A LAI tem aplicação **nacional**. Todos os órgãos públicos de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como o Ministério Público, sujeitam-se ao seu regime.

Vale ressaltar que, no que concerne às entidades privadas sem fins lucrativos, nos casos em que a Lei especifica, a **publicidade** a que estão submetidas refere-se à **parcela dos recursos públicos recebidos e à sua destinação**, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.

16. Os procedimentos previstos na Lei de Acesso à Informação devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as diretrizes de observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção e de divulgação de informações de interesse público, quando solicitadas.

Errado. São cinco as diretrizes elencadas no art. 3º da LAI:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;*
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;*
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;*
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;*
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.*

Portanto, é diretriz da LAI a divulgação de informações de interesse público, **independentemente de solicitações**, o que se traduz em uma orientação de **transparência ativa**.

17. O acesso à informação de que trata a LAI compreende, entre outros, os direitos de obter informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, quando recolhidos ou não a arquivos públicos, e informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços, porém não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.



Correto. A LAI prevê um amplo acesso à informação, como podemos verificar em seu art. 7º, mas essa transparência encontra limites, dentre outras, nas hipóteses em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

I - orientação sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada;

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

III - informação produzida ou custodiada por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com seus órgãos ou entidades, mesmo que esse vínculo já tenha cessado;

IV - informação primária, íntegra, autêntica e atualizada;

V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;

VI - informação pertinente à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação, contratos administrativos; e

VII - informação relativa:

a) à implementação, acompanhamento e resultados dos programas, projetos e ações dos órgãos e entidades públicas, bem como metas e indicadores propostos;

b) ao resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

§ 1º O acesso à informação previsto no caput não compreende as informações referentes a projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

18. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações, por meio a ser definido pelo respectivo órgão ou entidade pública, devendo o pedido conter a especificação da informação requerida, bem como seus motivos determinantes, sendo facultado ao requerente o anonimato.

Errado. A afirmativa contém três erros: primeiramente, o pedido pode se dar por **qualquer meio legítimo**. Além disso, são **vedadas** quaisquer **exigências** relativas aos **motivos** determinantes da solicitação de informações de interesse público. Ou seja, o interessado não precisa justificar seu pedido. Por fim, **o pedido deve sim conter a identificação do requerente**.

19. É dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. Portanto, o acesso à informação classificada como sigilosa não cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.



Errado. De fato, é dever do Estado controlar o acesso e a divulgação de informações sigilosas produzidas por seus órgãos e entidades, assegurando a sua proteção. O acesso, a divulgação e o tratamento de informação classificada como sigilosa ficarão restritos a pessoas que tenham necessidade de conhecê-la e que sejam devidamente, sem prejuízo das atribuições dos agentes públicos autorizados por lei. No entanto, **o acesso à informação classificada como sigilosa cria a obrigação para aquele que a obteve de resguardar o sigilo.**

20. A pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas adotará as providências necessárias para que seus empregados, prepostos ou representantes observem as medidas e procedimentos de segurança das informações resultantes da aplicação da Lei de Acesso à Informação.

Correto. As autoridades públicas adotarão as providências necessárias para que o pessoal a elas subordinado hierarquicamente conheça as normas e observe as medidas e procedimentos de segurança para tratamento de informações sigilosas.

Esse dever se estende à pessoa física ou entidade privada que, em razão de qualquer vínculo com o poder público, executar atividades de tratamento de informações sigilosas.



IMPORTÂNCIA DO ASSUNTO PROCESSOS PARTICIPATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA

O assunto **Processos Participativos de Gestão Pública** possui um grau de incidência de **0,9%** nas questões analisadas, tendo importância **BAIXA** no contexto geral da matéria, conforme o seguinte esquema de classificação:

% de Cobrança	Importância
Até 0,9%	Baixa
De 1,0% a 1,9%	Média
De 2,0% a 4,9%	Alta
5,0% ou mais	Muito Alta

Bom, no assunto **Processos Participativos de Gestão Pública**, os tópicos são assim distribuídos, em ordem decrescente de cobrança:

Tópico	% de cobrança
Características da Participação Popular	67%
Conselhos de Gestão	25%
Orçamento Participativo	8%



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

- Lembre-se que a **participação social** está entre as formas de se promover a **descentralização** do processo decisório.
- Já o **controle social** pode ser entendido como a **participação do cidadão na gestão pública**, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de **prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania**.

O **controle social** pode ser exercido pelos **conselhos de políticas públicas** ou **diretamente pelos cidadãos**, individualmente ou de forma organizada.



Controle e participação social podem ocorrer tanto no **planejamento** quanto na **execução** das ações de governo.

- Os **Conselhos Gestores de Políticas Públicas** são **canais institucionais** formados por representantes da **sociedade civil** e **poder público** em **composição paritária**, cuja atribuição é a de propor diretrizes, fiscalizar, controlar e deliberar sobre políticas públicas.

São **instâncias deliberativas** e de **controle social** (*accountability* societal). Embora **ligados à estrutura do Poder Executivo**, não são a ele subordinados, sendo **autônomos** nas suas decisões.

- Entenda o conceito de **orçamento participativo**, importante instrumento de complementação da **democracia representativa**, que estimula o exercício da **cidadania**, o **compromisso da população com o bem público** e a **corresponsabilização entre governo e sociedade** sobre a gestão municipal.

Trata-se de uma **atuação conjunta**, e não de uma substituição, entre **sociedade e poder público**.



- Fique atento às palavras-chave ligadas aos conceitos de **conselhos gestores** e **orçamento participativo**.



- **Conselhos Gestores de Políticas Públicas:**
 - representantes da **sociedade civil e poder público**;
 - **fiscalização, controle e deliberação** sobre políticas públicas;
 - **controle social (accountability societal)**;
 - ligados à estrutura do Poder Executivo, mas **autônomos**.
- **Orçamento participativo:**
 - **democracia representativa**;
 - exercício da **cidadania**;
 - compromisso da **população** com o **bem público**;
 - **corresponsabilização** entre governo e sociedade sobre a gestão municipal.

➤ Por fim, familiarize-se com os principais **mecanismos e instâncias de participação social**

- **Conselhos de Políticas Públicas:** Instância colegiada temática permanente, instituída por ato normativo, de diálogo entre a sociedade civil e o governo para promover a participação no processo decisório e na gestão de políticas públicas.
- **Comissões de Políticas Públicas:** Instância colegiada temática, instituída por ato normativo, criada para o diálogo entre a sociedade civil e o governo em torno de objetivo específico, com prazo de funcionamento vinculado ao cumprimento de suas finalidades.
- **Audiências Públicas:** Mecanismo participativo de caráter presencial, consultivo, aberto a qualquer interessado, com a possibilidade de manifestação oral dos participantes, cujo objetivo é subsidiar decisões governamentais.
- **Fóruns Interconselhos:** Mecanismo para o diálogo entre representantes dos conselhos e comissões de políticas públicas, no intuito de acompanhar as políticas públicas e os programas governamentais, formulando recomendações para aprimorar sua intersectorialidade e transversalidade.
- **Consultas Públicas:** Mecanismo participativo, a se realizar em prazo definido, de caráter consultivo, aberto a qualquer interessado, que visa a receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre determinado assunto, na forma definida no seu ato de convocação.
- **Conferências Nacionais:** Instância periódica de debate, de formulação e de avaliação sobre temas específicos e de interesse público, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil, podendo contemplar etapas estaduais, distrital, municipais ou regionais, para propor diretrizes e ações acerca do tema tratado.
- **Ouvidorias Públicas:** Instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.



- **Mesas de Diálogo:** Mecanismo de debate e de negociação com a participação dos setores da sociedade civil e do governo diretamente envolvidos no intuito de prevenir, mediar e solucionar conflitos sociais.
- **Ambientes Virtuais de Participação Social:** Mecanismo de interação social que utiliza tecnologias de informação e de comunicação, em especial a internet, para promover o diálogo entre administração pública federal e sociedade civil.



APOSTA ESTRATÉGICA

Dentro do assunto **Processos Participativos de Gestão Pública**, é indispensável saber diferenciar a **participação** do **controle social**:



A **participação social** se refere ao envolvimento dos cidadão no processo de tomada de decisão, enquanto o **controle social** representa a prerrogativa dos cidadãos em fiscalizar a ação do Estado.



QUESTÕES ESTRATÉGICAS



Para o assunto **Processos Participativos de Gestão Pública**, apresentamos as seguintes questões estratégicas:

Características da Participação Popular

1. (CESPE / TCE-RN – Auditor - 2015)

A participação social está entre as formas de se promover **centralização** do processo decisório, pois cada ator social toma decisão a respeito do que lhe cabe.

Comentários

A participação social está entre as formas de se promover ~~centralização~~ **descentralização** do processo decisório.

Gabarito: errada.

2. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Embora debates, audiências e consultas públicas acerca de propostas de planos plurianuais, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual devam ser incluídos em uma gestão orçamentária participativa, sua realização não representa condição obrigatória para a aprovação desses dispositivos na câmara municipal.

Comentários

Conforme a LRF, as propostas de planos plurianuais, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

A transparência será assegurada também mediante:

- incentivo à **participação popular e realização de audiências públicas**, durante os processos de elaboração e discussão dos **planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos**;
- liberação ao **pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real**, de informações pormenorizadas sobre a **execução orçamentária e financeira**, em meios eletrônicos de acesso público; e



- adoção de **sistema integrado de administração financeira e controle**, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União

Portanto, a realização de debates, audiências e consultas públicas durante a elaboração das peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) é obrigatória!

Gabarito: errada.

3. (CESPE / TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

O controle social, realizado por meio de comissões e conselhos de cidadãos para a avaliação da qualidade dos serviços públicos, influi nas mudanças da gestão dos equipamentos sociais.

Comentários

O **controle social** pode ser entendido como a **participação do cidadão na gestão pública**, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Trata-se de importante mecanismo de **prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania**.

O **controle social** é um complemento indispensável ao controle institucional realizado pelos órgãos que fiscalizam os recursos públicos. Essa participação é importante porque **contribui para a boa e correta aplicação dos recursos públicos**, fazendo com que as necessidades da sociedade sejam atendidas de forma eficiente.

O **controle social** pode ser exercido pelos **conselhos de políticas públicas** ou **diretamente pelos cidadãos**, individualmente ou de forma organizada.

Gabarito: certa.

4. (CESPE / TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

Controle e participação social podem ocorrer tanto no planejamento quanto na execução das ações de governo.

Comentários

Ainda que sejam conceitos diferentes e possuam diferentes formas de efetivação, quanto ao aspecto temporal, de fato o **controle** e a **participação social** podem ocorrer tanto no planejamento quanto na execução das ações de governo.

Gabarito: certa.

Conselhos de Gestão

5. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei complementar, podendo variar de caso a caso e receber características próprias.

Comentários



Primeiramente, vale frisar que nem todos os conselhos de gestão têm a composição definida por lei complementar, mas sim por **lei ordinária**, de modo que a questão poderia ter sido anulada por esse motivo.

No entanto, no que concerne à transparência da gestão fiscal, é a LC 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que regula os conselhos de gestão fiscal, constituídos por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, sendo responsáveis pelo acompanhamento e a avaliação da política e da operacionalidade da gestão fiscal.

Gabarito: certa.

6. (FCC / TRT 6ª Região - Analista Judiciário - Serviço Social - 2012)

A ampliação dos processos democráticos e do controle social nas políticas tem sua emergência institucional com a Constituição Federal de 1988 que prescreve a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Entre os pressupostos centrais dos conselhos gestores pode-se destacar

a) a constituição de espaços democráticos que busquem, sobretudo, o alargamento da democracia, a construção da cidadania e com isso possibilite tanto o exercício do controle social quanto a absorção das demandas da sociedade.

b) a existência de uma larga distância entre a formulação dos conselhos e o controle social, pois estes são erigidos, na maioria das vezes, por instituições prestadoras de serviços às quais têm intrínseca relação de dependência com o Estado.

c) a constituição de espaços democráticos fundados na diretriz da descentralização administrativa, cujo sucesso depende da sua capacidade de compreender em detalhes os meandros do poder público, nesta linha não se trata de uma composição política, mas sim técnico/gerencial.

d) o caráter deliberativo dos conselhos e a impossibilidade de exercerem esta função, dada a sobreposição de atribuições entre o papel de controle exercido pelas instâncias legislativas que têm a função precípua de exercer o controle sobre a instância executiva do Estado.

e) a presença de mecanismos de participação consultivos, dada sua característica de acompanhamento dos governos locais e o treino para o controle e captação das demandas da sociedade.

Comentários

Vamos analisar as alternativas:

a) a constituição de espaços democráticos que busquem, sobretudo, o alargamento da democracia, a construção da cidadania e com isso possibilite tanto o exercício do controle social quanto a absorção das demandas da sociedade.

CERTA. A **participação social** está entre as formas de se promover a **descentralização** do processo decisório. Trata-se de um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões de políticas públicas.



b) a existência de uma larga distância entre a formulação dos conselhos e o controle social, pois estes são erigidos, na maioria das vezes, por instituições prestadoras de serviços às quais têm intrínseca relação de dependência com o Estado.

ERRADA. Os **Conselhos Gestores de Políticas Públicas**, nos níveis municipal, estadual e federal, possuem representação paritária do Estado e da sociedade civil, e são destinados a formular políticas sociais.

c) a constituição de espaços democráticos fundados na diretriz da descentralização administrativa, cujo sucesso depende da sua capacidade de compreender em detalhes os meandros do poder público, nesta linha não se trata de uma composição política, mas sim técnico/gerencial.

ERRADA. Os **conselhos gestores** são eminentemente políticos e não decorrem da descentralização administrativa. Têm como base a negociação, a parceria e a partilha de poderes institucionais.

d) o caráter deliberativo dos conselhos e a impossibilidade de exercerem esta função, dada a sobreposição de atribuições entre o papel de controle exercido pelas instâncias legislativas que têm a função precípua de exercer o controle sobre a instância executiva do Estado.

ERRADA. Não há essa impossibilidade referida na alternativa.

e) a presença de mecanismos de participação consultivos, dada sua característica de acompanhamento dos governos locais e o treino para o controle e captação das demandas da sociedade.

ERRADA. Conforme vimos anteriormente, os conselhos gestores atuam nos níveis municipal, estadual e federal. Portanto, não se resumem apenas às esferas locais, como leva a crer a afirmativa.

Gabarito: A

Orçamento Participativo

7. (CESPE / TCE-PE – Auditor de Controle Externo - 2017)

O orçamento participativo é uma técnica orçamentária caracterizada pela participação da sociedade, em substituição ao poder público, como agente elaborador da proposta orçamentária que é posteriormente enviada ao Poder Legislativo.

Comentários

O **orçamento participativo** é um importante instrumento de complementação da democracia representativa, pois permite que o cidadão debata e defina os destinos de uma cidade. Nele, a **população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços** a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele **estimula** o exercício da **cidadania**, o **compromisso da população com o bem público** e a **corresponsabilização entre governo e sociedade** sobre a gestão da cidade.

Portanto, no orçamento participativo, trata-se de uma atuação conjunta, e não de uma substituição, entre sociedade e poder público.

Gabarito: errada.



8. (FCC / SEPLA-DR-SP - Especialista em Políticas Públicas - 2009)

Diferentemente dos conselhos municipais setoriais, a adoção de formas de Orçamento Participativo (OP)

a) encontra seu principal obstáculo na participação maciça da sociedade, que não tem qualificação técnica para elaborar um orçamento.

b) é um mecanismo participativo que incorpora membros da comunidade local ao processo decisório sobre a alocação de parcela dos recursos orçamentários municipais.

c) foi introduzida por legislação federal, aprovada pelo Congresso em 2004.

d) é uma política de tipo bottom-up, isto é, decidida e operada pelas comunidades locais, com suporte financeiro de governos municipais e estaduais.

e) tem apresentado reduzido impacto redistributivo na alocação de recursos orçamentários porque foi capturado por interesses dos servidores clientelistas.

Comentários

Vamos então avaliar as alternativas:

a) encontra seu principal obstáculo na participação maciça da sociedade, que não tem qualificação técnica para elaborar um orçamento.

ERRADA. A parte técnica da elaboração do orçamento continua sob a responsabilidade do Poder Público. A participação popular se dá sob a forma de opiniões e ideias no direcionamento dos recursos. Dessa forma, com a participação do povo, a administração pública sente-se apoiada nas realizações concretas dos investimentos públicos, sejam em obras, serviços, capacitações, formação ou assistência.

b) é um mecanismo participativo que incorpora membros da comunidade local ao processo decisório sobre a alocação de parcela dos recursos orçamentários municipais.

CERTA.

c) foi introduzida por legislação federal, aprovada pelo Congresso em 2004.

ERRADA. Foi introduzida pela CF/88.

d) é uma política de tipo bottom-up, isto é, decidida e operada pelas comunidades locais, com suporte financeiro de governos municipais e estaduais.

ERRADA. A sociedade opina, mas a decisão ainda permanece em poder do Estado.

e) tem apresentado reduzido impacto redistributivo na alocação de recursos orçamentários porque foi capturado por interesses dos servidores clientelistas.

ERRADA. Afirmativa sem embasamento. O orçamento participativo transformou a cultura política nacional, sintonizando o cidadão à administração municipal.

Gabarito: B



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas - Processos Participativos de Gestão Pública

1. Cite algumas das principais características da participação e do controle social.
2. O que são os Conselhos Gestores de Políticas Públicas?
3. O que é o Orçamento Participativo.

Perguntas com respostas - Processos Participativos de Gestão Pública

1. Cite algumas das principais características da participação e do controle social.

O exercício da **participação social** pressupõe a existência de mecanismos para que a sociedade possa tomar parte nos atos de gestão pública, como o acesso à informação, o direito de peticionar e a ação popular, para influenciar no processo decisório e demandar ações dos governantes.

Já o **controle social** é um mecanismo de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania. Assim, o controle social revela-se como complemento indispensável ao controle institucional exercido pelos órgãos fiscalizadores.

2. O que são os Conselhos Gestores de Políticas Públicas?

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são canais institucionais formados por representantes da sociedade civil e poder público em composição paritária, cuja atribuição é a de propor diretrizes, fiscalizar, controlar e deliberar sobre políticas públicas. São instâncias deliberativas e de controle social (accountability societal). Embora ligados à estrutura do Poder Executivo, não são a ele subordinados, sendo autônomos nas suas decisões.

3. O que é o Orçamento Participativo?

Trata-se de importante instrumento de complementação da democracia representativa, que estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão municipal.



CONCLUSÃO

Bem pessoal, encerramos aqui mais um Passo Estratégico.

Um grande abraço e bons estudos!

Gustavo Garcia

Vinicius de Oliveira



Lista de Questões Estratégicas - Transparência e *Accountability*

1. (CESPE / TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

Na administração pública, o termo *accountability* inclui a obrigação de os agentes públicos prestarem contas, a utilização de boas práticas de gestão e a responsabilização pelos atos e resultados decorrentes da utilização de recursos públicos.

2. (CESPE / TCU – Auditor Federal de Controle Externo - 2015)

Accountability consiste no dever do cidadão de realizar o controle social da administração pública.

3. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Acerca do conceito de *accountability* aplicado à administração pública, julgue o item.

Trata-se de um mecanismo institucional por meio do qual os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões à sociedade.

4. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Em um estado de direito, a *accountability* vertical ou democrática, entendida como a que ocorre entre os diversos níveis de poder e sujeita à possibilidade de controle mútuo, é profícua no fortalecimento de ações contra a corrupção.

5. (FCC / Copergás-PE – Engenheiro Civil - 2016)

O conceito de *Accountability* pode ser entendido como a obrigação de responder por uma responsabilidade outorgada e, em termos políticos, aumentar a responsabilização dos governantes, que devem prestar contas pelo exercício do poder e pelo manejo dos recursos públicos. Uma das classificações correntes, apresenta a *Accountability* como

I. vertical, consistente no sistema de freios e contrapesos estabelecido na Constituição.

II. horizontal, correspondente ao controle por meio do voto, plebiscito e referendo.

III. social, ligado a diversas entidades como ONGs, associações e mídia, que denunciam desvios e cobram responsabilização

Está correto o que se afirma APENAS em

a) III.

b) I e II.

c) II e III.



d) I e III.

e) I.

6. (CESPE / TCE-PE – Auditor de Controle Externo - 2017)

Entre os dados de despesas efetuadas por órgãos e entidades da administração pública federal disponibilizados no Portal da Transparência do Poder Executivo Federal não se incluem aqueles relativos aos repasses de recursos federais para os estados, o Distrito Federal e os municípios.

7. (FCC / SEAD-PI – Gestor Público - 2013)

Dentre os chamados novos modelos de gestão da administração pública, ganha destaque o conceito de “transparência”, que é

a) a metodologia de administração que consiste, basicamente, em determinar os objetivos a alcançar, as ações a serem realizadas, compartilhando-as com os meios disponíveis para a sua execução.

b) o demonstrativo organizado pelo próprio agente, entidade ou pessoa designada, acompanhado ou não de documentos comprobatórios das operações de receita e despesas, os quais, se aprovados, integrarão sua tomada de contas.

c) a qualidade do agir administrativo público, que contando com a contribuição que a participação social e o controle podem oferecer ao aprimoramento da atividade administrativa, fundamenta-se na ampla divulgação de informações inteligíveis e úteis à população.

d) a lei que define as responsabilidades e deveres do administrador público em relação aos orçamentos da União, estados e municípios, bem como aos limites de gasto com pessoal, proibindo a criação de despesas de duração continuada sem uma fonte segura de receitas.

e) o ato de gerenciar a parcela do patrimônio público, sob a responsabilidade de uma dada unidade. Aplica-se o conceito a fundos, entidades supervisionadas e a outras situações correlatas.

8. (CESPE / TCU – Auditor Federal de Controle Externo - 2013)

O governo eletrônico associa-se ao conceito de *accountability*, por proporcionar transparência aos atos do governo e publicidade às informações governamentais.

9. (FCC / TCE-PI – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2014)

A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece, em seu artigo 48, que os meios eletrônicos são, dentre outros, instrumentos da transparência na gestão fiscal. Nesse sentido, é correto afirmar:

a) O Governo Eletrônico, por meio dos serviços e informações prestados via internet, bem como outros meios de comunicação, estão voltados ao particular, à eficiência interna, à cooperação e à gestão burocrática.



b) A exclusão digital é um fenômeno que, quando estudado, mostra o quadro geral do acesso das pessoas aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação, evidenciando a quantidade de horas que elas deixam de passar em frente ao computador, quando se encontram em outras atividades diárias.

c) A Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação, estabelece diretrizes relacionadas à publicação, por parte das entidades privadas, dos recursos recebidos decorrentes de suas atividades, ao sigilo como regra, à divulgação de informações públicas, quando solicitado, e ao desenvolvimento do controle particular da Administração pública.

d) O Governo Eletrônico pode ser definido como o programa governamental direcionado à disponibilização de informações e serviços à sociedade através de novos canais de relacionamento entre governo e cidadãos, utilizando-se, para isto, de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

e) A transparência é inerente ao Estado Burocrático. Insere-se na democracia, permitindo o amplo acesso às comprovações de transferências documentais entre os departamentos, fomentando o interesse pelo controle formal exercido sobre as entidades públicas por meio do Tribunal de Contas e aplicando-se exclusivamente ao Poder Executivo.

10. (FCC / DPE-RR – Administrador - 2015)

Há três tipos de transações no governo eletrônico. É um exemplo de *government to government*:

a) Sistema de Convênios – SICONV.

b) Matrícula escolar informatizada.

c) Sistema de registro de Boletins de Ocorrência.

d) Divulgação de editais de compras públicas.

e) Receitanet.

11. (CESPE / TCE-PE – Auditor de Controle Externo - 2017)

É prerrogativa do agente público a recusa em fornecer informação regularmente requerida nos termos da referida lei, desde que esteja autorizado pela chefia imediata.

12. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Situação hipotética: Cidadão estrangeiro apresentou em órgão público federal solicitação, dentro dos padrões estabelecidos, para ter acesso a determinada informação, porém o servidor que o atendeu negou-lhe o andamento do processo, sob a alegação de que apenas brasileiros natos ou naturalizados podem solicitar informações.

Assertiva: Nessa situação, o servidor agiu em conformidade com a Lei de Acesso à Informação.

13. (CESPE / TCE-PE – Analista de Gestão Pública - 2017)



Entre as diretrizes da Lei nº 12.527/2011 — Lei de Acesso à Informação — inclui-se a utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

14. (CESPE / ANVISA – Técnico - 2015)

De acordo com a Lei de Acesso à Informação, o acesso a dados contidos em documento classificado como reservado poderá ser restringido por até cinco anos.

15. (CESPE / TRE-RS – AJAA - 2015)

Assinale a opção correta de acordo com a Lei de Acesso à Informação — Lei n.º 12.527/2011.

- a) O requerimento de informação de interesse público deve ser acompanhado de exposição simples dos motivos da solicitação.
- b) Às informações pessoais relativas à intimidade de indivíduos é garantido sigilo perpétuo, que somente pode ceder por decisão judicial transitada em julgado.
- c) Os documentos classificados como ultrassecretos devem constar de rol público com identificação para referência futura.
- d) As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às empresas públicas.
- e) Findo o prazo de classificação de informações restritas, a sua publicidade dependerá de requerimento do interessado.

16. (CESPE / TRE-RS – TJAA - 2015)

Assinale a opção correta de acordo com o disposto na Lei nº 12.527/2011.

- a) Documento é a retratação de fato realizada necessariamente por escrito.
- b) Resultados de auditorias não se incluem entre as informações franqueadas à coletividade em geral, por subsidiarem investigações em curso.
- c) A administração dispõe, em regra, de prazo mínimo e considerável para garantir o acesso à informação pública disponível em órgão da administração federal.
- d) Autêntico é o documento sobre cuja autoria não há dúvidas.
- e) Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos para a realização de ações de interesse público somente estão submetidas à publicidade na parcela relativa aos recursos públicos recebidos e à sua destinação.

17. (FCC / SEAD-PI – Gestor Público - 2013)

O acesso a informações junto a órgãos e entidades do poder público, na forma disciplinada pela Lei de Acesso à Informação, NÃO engloba



- a) auditorias ou tomadas de contas em curso no âmbito de órgãos de controle interno.
- b) programas ou projetos precedentes a contratos administrativos ou procedimentos licitatórios.
- c) estudos ou pareceres produzidos por entidade privada cujo vínculo com a Administração já tenha cessado.
- d) projetos de pesquisa e desenvolvimento científicos ou tecnológicos cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- e) documentos históricos não custodiados em arquivos públicos.



Lista de Questões Estratégicas - Processos Participativos de Gestão Pública

1. (CESPE / TCE-RN – Auditor - 2015)

A participação social está entre as formas de se promover centralização do processo decisório, pois cada ator social toma decisão a respeito do que lhe cabe.

2. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

Embora debates, audiências e consultas públicas acerca de propostas de planos plurianuais, de lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual devam ser incluídos em uma gestão orçamentária participativa, sua realização não representa condição obrigatória para a aprovação desses dispositivos na câmara municipal.

3. (CESPE / TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

O controle social, realizado por meio de comissões e conselhos de cidadãos para a avaliação da qualidade dos serviços públicos, influi nas mudanças da gestão dos equipamentos sociais.

4. (CESPE / TCE-SC – Auditor Fiscal de Controle Externo - 2016)

Controle e participação social podem ocorrer tanto no planejamento quanto na execução das ações de governo.

5. (CESPE / TCE-PE – Analista de Controle Externo - 2017)

A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei complementar, podendo variar de caso a caso e receber características próprias.

6. (FCC / TRT 6ª Região - Analista Judiciário - Serviço Social - 2012)

A ampliação dos processos democráticos e do controle social nas políticas tem sua emergência institucional com a Constituição Federal de 1988 que prescreve a participação da sociedade na gestão das políticas públicas. Entre os pressupostos centrais dos conselhos gestores pode-se destacar

a) a constituição de espaços democráticos que busquem, sobretudo, o alargamento da democracia, a construção da cidadania e com isso possibilite tanto o exercício do controle social quanto a absorção das demandas da sociedade.

b) a existência de uma larga distância entre a formulação dos conselhos e o controle social, pois estes são erigidos, na maioria das vezes, por instituições prestadoras de serviços às quais têm intrínseca relação de dependência com o Estado.



c) a constituição de espaços democráticos fundados na diretriz da descentralização administrativa, cujo sucesso depende da sua capacidade de compreender em detalhes os meandros do poder público, nesta linha não se trata de uma composição política, mas sim técnico/gerencial.

d) o caráter deliberativo dos conselhos e a impossibilidade de exercerem esta função, dada a sobreposição de atribuições entre o papel de controle exercido pelas instâncias legislativas que têm a função precípua de exercer o controle sobre a instância executiva do Estado.

e) a presença de mecanismos de participação consultivos, dada sua característica de acompanhamento dos governos locais e o treino para o controle e captação das demandas da sociedade.

7. (CESPE / TCE-PE – Auditor de Controle Externo - 2017)

O orçamento participativo é uma técnica orçamentária caracterizada pela participação da sociedade, em substituição ao poder público, como agente elaborador da proposta orçamentária que é posteriormente enviada ao Poder Legislativo.

8. (FCC / SEPLA-DR-SP - Especialista em Políticas Públicas - 2009)

Diferentemente dos conselhos municipais setoriais, a adoção de formas de Orçamento Participativo (OP)

a) encontra seu principal obstáculo na participação maciça da sociedade, que não tem qualificação técnica para elaborar um orçamento.

b) é um mecanismo participativo que incorpora membros da comunidade local ao processo decisório sobre a alocação de parcela dos recursos orçamentários municipais.

c) foi introduzida por legislação federal, aprovada pelo Congresso em 2004.

d) é uma política de tipo bottom-up, isto é, decidida e operada pelas comunidades locais, com suporte financeiro de governos municipais e estaduais.

e) tem apresentado reduzido impacto redistributivo na alocação de recursos orçamentários porque foi capturado por interesses dos servidores clientelistas.



Gabarito - Transparência e Accountability

GABARITO



1. CERTA
2. ERRADA
3. CERTA
4. ERRADA
5. Letra A
6. ERRADA
7. Letra C
8. CERTA
9. Letra D
10. Letra A
11. ERRADA
12. ERRADA
13. CERTA
14. CERTA
15. Letra C
16. Letra E
17. Letra D

Gabarito - Processos Participativos de Gestão Pública

GABARITO



1. ERRADA
2. ERRADA
3. CERTA
4. CERTA
5. CERTA
6. Letra A
7. ERRADA
8. Letra B



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.